

# ALÍVIO PARA OS ESTADOS

*O prazo final para que os governadores renegociem suas dívidas deverá ser prorrogado para 30 de setembro*

O governo federal, de acordo com pedido do Ministério da Fazenda, enviou ao Congresso Nacional solicitação de abertura de crédito especial ao Orçamento Geral da União de 1997, no valor de até R\$ 103,3 bilhões. A verba servirá para reestruturar as dívidas de diversos estados e sanear bancos estaduais, cumprindo protocolos de acordos assinados com os governos estaduais.

As principais dívidas que serão refinanciadas são as mobiliárias — nesse caso, títulos públicos estaduais — e de empréstimos bancários em geral, incluindo débitos com a Caixa Econômica Federal (CEF). Os acordos assinados com os governadores prevêem que a União assumirá as dívidas dos estados (é o que se chama de federalização da dívida estadual) e as renegociará pelo prazo de 30 anos. Os juros serão de 6% ao

ano, correção pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os estados, verdadeiros responsáveis pelo pagamento da dívida, oferecem suas arrecadações de impostos (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, por exemplo) como garantia de que passarão dinheiro para o Tesouro Nacional saldar o débito.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o secretário do Tesouro Nacional,

Eduardo Guimarães, explicaram que o prazo final para as assinaturas dos contratos deverá ser prorrogado de 30 de junho para 30 de setembro. Mas, a data de 30 de junho será mantida para os estados assinarem os protocolos de intenção de fecha-

Paulo de Araújo 16.10.95



Pedro Parente adianta: "A renegociação das dívidas dos estados não vai prejudicar o contribuinte"

mento de acordo com o governo.

## CUSTO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) faz questão de ressaltar que a transformação da dívida estadual em títulos federais não implicará em maiores custos fiscais (despesas bancadas com dinheiro de impostos pagos pelos contri-

buintes) para o setor público "como um todo", até porque os estados estão dando suas arrecadações de impostos como garantia de pagamento.

Nessa operação, o Tesouro Nacional acaba recebendo pelos antigos títulos estaduais, juros menores do que os pagos sobre a dívida que sempre foi de sua responsabili-

dade. Essa diferença resulta em maior custo para o Tesouro. "Por outro lado, os estados deixam de se financiar com taxas de juros de mercado, que são muito altas, para fazê-lo com a taxa do empréstimo federal, que é menor", atesta a nota oficial da STN.

No final das contas, o efeito é positivo para todo o setor público,

que pagará menos juros. O contribuinte terá mais dinheiro seu sendo usado para quitar a dívida federalizada, porque os juros sobem um pouco, mas muito menos do que seria usado para pagar a antiga dívida estadual, pois os juros caem bastante.

A proposta enviada ao Congresso inclui, ainda, pedido de abertura de crédito suplementar de R\$ 4,1 bilhões, para o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal. No total, o governo quer crédito de R\$ 107,5 bilhões.

## EVOLUÇÃO

As negociações para federalização de dívidas envolvem 22 estados, mas São Paulo é o único que já firmou contrato com a União. Após dois anos de negociação, o governo federal assumiu, há uma semana, dívidas do estado de São Paulo no valor de R\$ 50,4 bilhões.

É essa a quantia que o governo paulista deve ao Banespa, à Nossa Caixa Nosso Banco e ao mercado financeiro em geral. Pelo acordo, o Tesouro Nacional quitará esses débitos do governo paulista e será ressarcido ao longo dos próximos 30 anos. São Paulo ofereceu como garantia de pagamento das parcelas da dívida suas receitas do Fundo de Participação dos Estados e a arrecadação do ICMS.

Parte da dívida paulista será quitada antecipadamente, pois o governo federal receberá a Fepasa (Ferrovias Paulistas S/A) e a Ceagesp (Centrais de Abastecimento Geral do Estado de São Paulo) para privatizá-las até novembro do ano que vem.